

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1761458 - CE (2018/0214501-3)**

**RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

**AGRAVANTE : ESTADO DO CEARÁ**

**PROCURADOR : NEWTON FONTENELE TEIXEIRA E OUTRO(S) -  
CE016980**

**AGRAVADO : MILTON CASTELO FILHO**

**ADVOGADOS : LEANDRO DUARTE VASQUES E OUTRO(S) -  
CE010698  
ANTONIO DE HOLANDA CAVALCANTE SEGUNDO  
- CE021999  
AFONSO ROBERTO MENDES BELARMINO -  
CE025465  
CAIO ANDERSON DA SILVA DANTAS - CE021263**

## **EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL CIVIL. ABONO DE PERMANÊNCIA. APOSENTADORIA ESPECIAL. CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO LABORADO JUNTO À AESP/CE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. RECURSO QUE SE FUNDA TÃO SOMENTE NESSA ALEGAÇÃO. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO CEARÁ A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A leitura atenta das razões invocadas no Recurso Especial e do quanto alegado por ocasião da interposição dos Embargos de Declaração revela que a pretensão da parte recorrente não se alinha à função dos Aclaratórios, uma vez que a Corte de origem se manifestou legitimando ao agravado a percepção do abono de permanência, por haver completado mais de 30 anos de serviço, e que exerceu atividade policial de risco, na qualidade de Delegado da Polícia Civil, concomitantemente ao tempo em que esteve exercendo a função de Diretor da Academia Estadual de Polícia Civil (AESP/CE).

2. Dessa forma, não se verifica a apontada contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, tendo em vista que a lide foi solvida nos limites necessários, com a devida fundamentação e coerência, ainda que sob ótica diversa da almejada pela parte agravante.

3. Agravo Interno do ESTADO DO CEARÁ desprovido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Relator

